

Tem um Dragão no Quintal: A China na Ásia Central

Paulo Duarte

Paulo Duarte

é doutorando em Relações Internacionais na Université Catholique de Louvain, Bélgica. E-mail:duartebrardo@gmail.com

Tradução por Thiago Nasser

Nota dos Editores

Os leitores interessados em ter acesso às entrevistas citadas pelo autor ao longo do artigo são aconselhados a entrar em contato com ele por e-mail.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o comportamento da China enquanto potência regional, aplicando-o ao caso específico da Ásia Central. O argumento central é o de que Pequim procura forjar laços econômicos, políticos e militares com as Repúblicas centro-asiáticas, embora o seu soft power seja ainda pouco eficaz na região. Além disso, as ambições regionais chinesas são frequentemente encaradas com suspeição pelos países vizinhos centro-asiáticos, que ainda vêem na Rússia a grande referência econômica, militar e cultural, fruto do seu longo passado soviético.

Palavras-chave

Ásia Central; China; potência regional

Abstract

This article aims to analyze the behavior of China as a regional power by applying it to the specific case of Central Asia. The central argument is that Beijing is trying to boost economic, political and military ties with the Central Asian Republics, although its soft power is still very ineffective in the region. Moreover, the Chinese regional ambitions are often viewed with suspicion by neighboring Central Asian countries, which still see Russia as a great economic, military and cultural reference, given its long Soviet past.

Keywords

Central Asia; China; regional power

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar o comportamento da China enquanto potência regional, analisando suas investidas na Ásia Central. O argumento central é o de que Pequim busca forjar laços econômicos, políticos e militares com repúblicas da região apesar de ainda exercer pouco *soft power*. Ademais, as ambições regionais chinesas são geralmente vistas com desconfiança por países vizinhos da região, que ainda possuem a Rússia como referência econômica, militar e cultural, tendo em vista o domínio soviético no passado.

A Ásia Central e a China são atualmente regiões interdependentes em diversos níveis, como apontado por Roman Mogilevski¹ (2012): “A China é grande demais para a Ásia Central; a Ásia Central é enorme para a China”. Testemunha-se em anos recentes a emergência da China como uma potência regional, assim como a uma profunda transformações nas estruturas de poder na Ásia (QIANQIAN LIU, 2010; KANG, 2007; HARRIS, 2005).

Como alternativa à observação participante e não participante, que são técnicas complicadas de serem aplicadas a esse objeto de estudo, recorreu-se a entrevistas semiestruturadas. Nesse sentido, Ghiglione afirma que o “entrevistados conhece todos os tópicos sobre os quais ele precisas extrair reações do entrevistados, mas a ordem e forma de introduzi-los ficam a sua discrição” (2001: 64). No entanto, alguns entrevistados pediram anonimato ou, em alguns casos, solicitaram que fossem referidos apenas como especialistas locais, autorizando a publicação das entrevistas. Ao longo deste artigo eles serão citados como Especialista I² e Especialista II³, ambos ligados à diplomacia americana no Cazaquistão e no Quirquístão. O trabalho de campo foi realizado por meio de entrevista não apenas em Portugal mas também, principalmente, na Ásia Central com pessoas chave, sendo elas realizadas a distância mas também presencialmente em Portugal e em duas viagens à Ásia Central, uma do dia 3 a 11 de setembro de 2011, ao Cazaquistão, a convite do diretor do Instituto Suleimenov, em Almaty, e a segunda, do período de 28 de setembro a 18 de outubro de 2012 a outros dois países além do Cazaquistão: o Quirquístão e o Tadjiquístão (entre as principais cidades visitadas: Almaty, Bishkek, Naryn, Osh, Dushanbe). O planejamento das duas viagens incluiu uma compreensiva e demorada pesquisa sobre universidades, especialistas, diplomatas, professores, ONGs, sendo que a Aga Khan Network, ofereceu grande apoio, não apenas na seleção de especialistas, mas também facilitando entrevistas telefônicas assim como visitas aos vários polos da Universidade da Ásia Central (no Cazaquistão, Quirquístão e Tadjiquístão).⁴

Optamos por especialistas de ONGs trabalhando no campo, assim como funcionários de embaixadas nas repúblicas da Ásia Central. Em outros casos os próprios entrevistados tinham a nacionalidade do país Centro-Asiático em questão. Acreditamos que essa variedade de entrevistados oferece uma gama de pontos de vista que permitem a análise do assunto. Sobretudo, as entrevistas com os funcionários de embaixadas e os entrevistados locais permite um interessante contraste nas opiniões sobre o meio geográfico, cultural, econômico, político e social em que vivem.

Um breve comentário sobre o conceito de *soft power*, ao qual retornaremos adiante. O termo foi desenvolvido por Joseph Nye e significa a “habilidade de um estado conseguir o que quer pelo apelo de sua cultura, ideias, política doméstica e diplomacia” (2004: x). Contudo, não se deve confundir *soft power* com influência. Embora semelhante, o significado de *soft power* não se restringe ao de influência. De acordo com Nye, “soft power é mais do que a persuasão ou a habilidade de encorajar as pessoas pela arte da razão: é também a habilidade de atrair, e atrair frequentemente leva a uma certa submissão: em conclusão, soft power é o poder da atração” (2004: 6).

620

Um estado é poderoso não apenas por conta de seu poderio militar, mas também em função de sua habilidade de influenciar as decisões de outros. De fato, um país encontrará bem menos resistência à legitimação de seu poder se sua ideologia e cultura são bem recebidas (MUSTONEN, 2010). Nesse sentido, já no começo dos anos 1980 Adriano Moreira colocava que “é o poder cultural e nenhum outro que deve ajudar presidir sobre esforços e seguir a evolução” (1981: 51). Assim, o soft power enquanto abordagem baseia-se numa solução pacífica, indireta, sutil e mais ou menos discreta no âmbito do apelo das ideias; na habilidade de persuadir em vez de vencer, em termos de uma cultura e ideologia (PALLAVER, 2011).

O Comportamento da China em Nível Regional

Analisando os contornos das interações entre o Reino Médio e as repúblicas da Ásia Central ao longo dos últimos 20 anos, resta claro que a região se tornou uma economia exportadora e a origem de material prima para a China. A interdependência das economias da Ásia Central e China explica, de acordo com Ablat Khodzhaev, que “muitos [cidadãos] da Ásia Central encontram empregos e novas fontes de renda via a infraestrutura que sustenta as exportações para a China” (2009: 22). Contudo, Khodzhaev enfatiza que “o desenvolvimento da produção nas repúblicas da Ásia Central se viu sob pressão de importações chinesas, na medida em que não dão chances competitivas às manufaturas locais” (KHODZHAEV 2009: 22). Roman Mogilevski (2012) sublinha a existência na Ásia Central de “três categorias de bens de consumo: o tipo Ocidental, que é caro mas de boa reputação; os russos, que não são tão caros quanto os ocidentais mas gozam de boa reputação, e os chineses, que são baratos mas não possuem boa reputação, ainda que esta venha mudando paulatinamente”.

A China vem melhorando sua infraestrutura de transporte para a Ásia Central, simplificou o regime de vistos para estrangeiros e reduziu ou completamente eliminou taxas de alfândega para material prima, investiu significativamente na organização e transporte de produtos e, desde 1985, vem focando numa política de incentivos materiais para a exportação de bens chineses (BAO CHANG, 2012).

Urumqi, que foi transformado em entreposto aéreo, ferroviário e rodoviário entre o leste e o oeste, é o centro econômico da China na Ásia Central. O aumento das exportações chinesas na região é consequência da extraordinária expansão da economia do Reino Médio. Nesse sentido, como explica Khodzhaev, “dada a saturação do mercado doméstico chinês por bens de consumo, pequenas e médias empresas — que produzem têxteis, componentes eletrônicos e aparelhos domésticos — enfrentaram, em meados da década de 1990, dificuldade na venda de seus produtos” (2009: 22-23).

Quase duas décadas após a independência das repúblicas da Ásia Central “ficou difícil encontrar na região empresas grandes baseadas em capital chinês e engajadas na produção de bens orientados para a exportação” (KHODZHAEV 2009: 25). A importação de bens chineses, pelas repúblicas da Ásia Central, levou à formação de um nicho econômico para parte da população da região. O caso do Mercado Dordoi é provavelmente um dos

621

melhores exemplos disso tendo em vista sua importância econômica na Ásia Central, especificamente no Quirguistão, onde ele gera um fluxo extraordinário de bens e capital. Como observa Igor Rotar, “o Mercado Dordoi é não apenas um ponto central de comércio e emprego no Quirguistão”, mas é também um dos principais pontos de entrada por onde passam bens de consumo da China para lojas e mercados no Cazaquistão, Rússia e Uzbequistão” (2012: para. 3). Consideremos os antecedentes que explicam a existência de um Mercado no Quirguistão. Questionado se as importações do Quirguistão da China com o propósito de serem reexportadas, o especialista na região Roman Mogilevski (2012) respondeu sem titubear que isso de fato acontece, e que essa prática possui um longa história”. Ainda de acordo com esse autor: “o período imediatamente posterior ao colapso da União Soviética foi marcado pela fraqueza institucional” sob a qual “Aduaneira” foram “significativamente afetados” e logo “tornou-se bastante fácil [especialmente no caso do Quirguistão] importar vários bens de outros países” (MOGILEVSKI, 2012). Nesse contexto, Mogilevski (2012) explica que os chineses “inundaram” todos esses países [da Ásia Central]”, e que se tornou claramente “mais barato enviar mercadorias da China para o Quirguistão e de lá para o Uzbequistão, Cazaquistão e Rússia”. Essa dinâmica virou um “grande negócio”, que vem atraindo cada vez mais pessoas, como prova o crescimento do Mercado Dordoi, nos arredores de Bishkek que é “estritamente falando, a central regional desse comércio” e simultaneamente “o maior Mercado de material prima e commodities chinesas em toda Ásia Central e Rússia” (MOGILEVSKI, 2012). O Mercado Dordoi, que é de fato o que mais se destaca numa ampla rede econômica, baseada numa dinâmica de pesada importação da China, no entanto, com grande possibilidade, dificultará o desenvolvimento da produção local. Nesse sentido, já foi notado que apesar do mercado negro ser uma realidade no mundo pós-Soviético, a sua proporção e sua persistência nos Estados mais pobres da Ásia Central levanta sérias questões sobre a trajetória de desenvolvimento da região a longo prazo.

Como país densamente habitado, as prioridades da política chinesa recaem particularmente sobre “a questão da escassez de terra e desemprego” (KHODZHAEV, 2009: 25). Ao final de 2011 a zona rural da China era habitada por 656,56 milhões de pessoas”, sendo ultrapassada pela primeira vez pela população urbana (em torno de 690,79 milhões de pessoas) em toda história da China em apenas “três décadas de desenvolvimento econômico” (*Bloomberg News*, 2012: para. 1). Consequentemente, o crescimento contínuo da população, o desemprego tendem a piorar seriamente (como advertido pelo Primeiro Ministro Wen Jiabao em julho de 2012), criando uma necessidade natural para a expansão da produção. Ablat Khodzhaev acredita que “tais circunstâncias forçarão o governo chinês a aumentar o investimento na produção local em outros países, inclusive na Ásia Central” (2009 :26). Para o especialista, “é possível prever com confiança que na Ásia Central o capital chinês será investido principalmente em infraestrutura que sirva para sustentar a exploração, produção, processamento e transmissão de recursos energéticos para a China” (KHODZHAEV 2009: 26). Todavia, Khadzhiyeva Guljahan⁵ (2011) considera que as “repúblicas da Ásia Central temem a ‘invasão’ chinesa, ou, em outras palavras, temem que a China se aproveitará de seus mercados e economias para desenvolver sua própria economia, algo, portanto, pouco lucrativo”.

O Comércio da China com a Ásia Central

De acordo com James, “o comércio chinês com os estados da Ásia Central segue o padrão das potências que importam material prima, recursos energéticos e produtos semiacabados e exportam produtos acabados “ (2010: 70). De acordo com o *China Daily*, “o volume de comércio entre o Cazaquistão e China é superior ao do Cazaquistão com a

Rússia pela primeira vez em séculos, considerando que, desde 2009, a China é o segundo principal parceiro econômico do Cazaquistão” (2011). Por outro lado, como indicado por Richard Weitz, “o comércio bilateral entre os dois países subiu de 1,29 bilhões de dólares em 2001, para 33 bilhões em 2012 — ou apenas um terço do comércio exterior do Cazaquistão,” enquanto, “a essa altura, a China só é superada pela União Europeia, que possui uma fatia de mercado de 40% de toda o comércio exterior do Cazaquistão, graças à gigantescas compras de petróleo” (*Asia Times*, 2013).

Por sua vez, no que diz respeito ao comércio entre a China e o Uzbequistão, Richard Weitz afirma que a “China é o segundo maior parceiro comercial do Uzbequistão, depois da Rússia”, com o volume de troca tendo alcançado 2,5 bilhões de dólares em 2011 (2012). O Reino Médio fez vultuosos investimentos no Uzbequistão, com vistas aos recursos naturais do país, particularmente o setor de ouro e energia. De acordo com Zabikhulla S. Saipov, “o comércio entre a China e o Uzbequistão evoluiu do interpessoal para o interestatal” (*Eurasia Daily Monitor Volume*, 2012). Durante a visita do presidente Karimov à China, em negociações paralelas durante a cúpula da Organização de Cooperação de Xangai em junho de 2012, os dois países assinaram “mais do que três acordos comerciais, econômicos e de investimento, no valor de 5,3 bilhões de dólares” (*Eurasia Daily Monitor Volume*, 2012: 172). Essa gama de acordos sugere que a China possivelmente tem como objetivo “contrabalancear sua relação econômica e comercial com a China, em relação às que mantêm com o Cazaquistão” assim como competir com a Rússia por poder e influência” (*Eurasia Daily Monitor Volume*, 2012: 172).

No que diz respeito ao comércio entre a China e o Turquemenistão, *The Journal of Turkish Weekly* (2012) relata que a China está na primeira colocação no ranking de volume de comércio exterior como Turquemenistão. De fato, de acordo com o *The Observatory of Economic Complexity* (2012), a China é o destino da maioria das exportações do Turquemenistão (39%), seguido pela Turquia (16%), Itália (8%), Rússia (6%), Afeganistão (4%). Retomando as palavras do *The Journal of Turkish Weekly*, “Empresas chinesas operam em setores relacionados ao petróleo e gás, telecomunicações, transporte, agricultura, têxteis, químicos, alimentos, saúde e construção no Turquemenistão” (2012: para. 4). A pauta de importação do Turquemenistão é dominada por “produtos, veículos e equipamentos voltados para a indústria” (*The Journal of Turkish Weekly*: 2012: para. 6). Por sua vez, exportações para a China, com exceção de gás natural, são de natureza agrícola” (*The Journal of Turkish Weekly*: 2012: para. 6).

A China é atualmente o parceiro comercial preferido do Tajiquistão. Dados do *The Observatory of Economic Complexity* (2012) indica que os principais destinos das exportações do Tajiquistão são Turquia (27%), Rússia (20%), África do Sul (10%), Noruega (6%), China (5%); e as principais origens de importações são a China (54%), Rússia (27%), Irã (7%), Alemanha (2%) e Belarússia (2%). Estatísticas de alfândega da China mostram que o comércio entre os dois países no primeiro trimestre de 2012 foi de 320 milhões de euros, um “aumento de 66% (em comparação ao mesmo período em 2011)” (*China Daily*, 2012: para. 17).

Por fim, no que tange as relações comerciais entre a China e o Quirguistão, no primeiro semestre de 2012, o volume de comércio entre o Quirguistão e a China era de 479,4 milhões de dólares, um aumento de 23% comparado ao mesmo período em 2011. Em entrevista para o *The Times of Central Asia*, o embaixador chinês no Quirguistão, Wang Kaiwen, ressaltou que “a China está investido pesado em projetos conjuntos com o Quirguistão” e o “volume de comércio entre os dois países gira em torno de 5

bilhões de dólares por ano” (2012: 2). Wang Kaiwen também observa que a “China não vê qualquer inconveniência quanto à possibilidade do Quirguistão se integrar à união aduaneira”; ao contrário, Pequim atribui confere importância ao “fato de que ambos os países são membros da Organização Mundial de Comércio” e “à necessidade de tornar mais equilibrada a balança entre exportações e importações” (*The Times of Central Asia*, 2012: 2). O Quirguistão se tornou um dos principais pontos de reexportação de produtos chineses na Ásia Central. Como apontado por Roman Mogilevski, “as reexportações são fonte de renda e emprego para uma grande parcela do povo do Quirguistão, e um setor importante da economia nacional” (2012: 5). Essa atividade cresceu a partir da importação de mercadorias baratas da China, Turquia e outros países, com a intenção de serem vendidas no Quirguistão. No entanto rapidamente comerciantes se deram conta de que “a revenda para países vizinhos era altamente rentável e possível pela existência de bazares no Quirguistão” que logo se expandiram e foram rebatizados de “grandes centros regionais de comércio” (MOGILEVSKI, 2012: 5). Nesse contexto, os empreendedores do Quirguistão “viram que a combinação entre mercadorias baratas da China, uma força de trabalho qualificada mas barata e a existência de canais de re-exportação tornaria possível o desenvolvimento de uma indústria têxtil eficiente” (MOGILEVSKI, 2012: 5). Foi assim que surgiram os “vários polos comerciais e de manufatura de indústria leve” complementada pelos “grandes bazares de Bishkek e Osh, e pequenas lojas e serviços relacionados ao setor têxtil” (MOGILEVSKI, 2012: 5).

De acordo com Vladimir Paramanov (2005), os termos de troca entre a China e a Ásia Central são mais vantajosos para Pequim, e provavelmente reduzirão à região a uma espécie de apêndice fornecedor de matéria prima para a China. Na opinião de Stephen Blank, estabeleceu-se um “relação mutuamente lucrativa [em que o poder de negociação econômico se torna uma ponderosa arma política], embora gere dependência no longo prazo”. Em outras palavras, a China fica em posição de quase monopólio vis-à-vis os estados da região, tendo em vista sua dependência em relação ao mercado Chinês em termos de exportações, importações e financiamento (2009: 440). Como exemplo, Blank, observa que “o governo tadjique aceitou um empréstimo de muitos milhões de dólares, sem juros, da China em 2007” seguido por um “acordo de cooperação política” determinando que o Tadjiquistão se recusaria a reconhecer Taiwan como estado independente” (2009: 440).

Entre as repúblicas da Ásia Central de maior relevância para os interesses chineses na região deve-se destacar o Turquemenistão e o Cazaquistão, ambos dotados de consideráveis recursos energéticos. De acordo com Riachar Weitz “o Cazaquistão é atualmente o parceiro econômico e estratégico mais importante da China na Ásia Central” (2008, 103). Por um lado, é o maior estado na região; por outro, possui consideráveis reservas de gás natural, petróleo e outros recursos estratégicos, como urânio. O principal interesse chinês no Cazaquistão encontra-se no acesso às reservas citadas; na integração nas estruturas de transporte (nacional e regional) como região de Xinjinag; e a consolidação de sua influência política em Astana (MUZALEVSKY, 2011).

Em 2009, a China ofereceu empréstimos, que somaram 10 bilhões de dólares, para o Cazaquistão para em troca ter acesso franqueado ao gás natural e petróleo. Como colocado por Wenran Jiang, “o investimento chinês no Cazaquistão é baseado no modelo ‘empréstimos em troca de acesso’ que transfere à China ‘controle’ direto sobre recursos” (*China Brief*, 2010: 8).

De acordo com Bracken et al “um fator único [do Cazaquistão] que diferencia sua relação com a China comparada com outras repúblicas da Ásia Central é a justaposição de grupos

étnicos” (2013: 9). Em torno de “180 000 pessoas da etnia Uyghur vivem no leste do Cazaquistão” sendo que “um milhão de cazaques étnicos vivem na China” (BRACKEN et al, 2013: 9). É compreensível portanto que Pequim manifeste “preocupação com o separatismo étnico muçulmano na região autônoma de Xinjiang” que cobre em torno de “um sexto do território chinês” (BRACKEN et al, 2013: 9).

Turquemenistão é mais um estado da Ásia Central de alta relevância para a China. Em junho de 2009, por exemplo, a China emprestou quatro bilhões para Ashgabat, com o objetivo de explorar o maior campo de gás natural do Turquemenistão (um dos maiores do mundo), o Yolotan do Sul, perto da fronteira com o Afeganistão. Esse empréstimo faz parte de um acordo de longo prazo (30 anos) segundo o qual a China receberá 40 bilhões de metros cúbicos por ano. Como comentado por Erika Downs “a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) é atualmente o ator externo mais influente nos campos continentais de exploração no Turquemenistão” (2011: 76). Em 2007, o país aprovou que a CNPC explorasse, por meio de um “contrato de produção compartilhada”, o campo de Bagtiyarlyk na margem esquerda do rio Amu Darya, tornando a empresa chinesa “a primeira e — até agora — única empresa estrangeira operando em terra no Turquemenistão” (DOWNS, 2011: 76).

As exportações de gás natural para a China e escoada pelo gasoduto de Ásia Central — também conhecido como gasoduto “Turquemenistão, Uzbequistão-Cazaquistão-China, inaugurado no dia 14 de dezembro de 2009. De acordo com James Bosbotinis, “esse gasoduto ajuda dotar o Turquemenistão de uma importante missão, conectando a infraestrutura energética chinesa ao subcontinente indiano e Oriente Médio via a Ásia Central” (2010: 72). Em outras palavras, Pequim aposta que o Turquemenistão irá desempenhar o mesmo papel de Gwadar (cidade portuária do Paquistão) no contexto das importações marítimas para a China, integrada à infraestrutura energética da Ásia Central, fazendo a conexão com o Cazaquistão e Xinjiang. A ampliação desse porto de águas profundas é mais uma prova da importância dada pela China a essa conexão estratégica.

A Influência da China na Ásia Central

Em um contexto em que o investimento e o comércio entre Pequim e a Ásia Central estão se tornando vultuosos seria possível imaginar uma aposta maior por parte da China no potencial do *soft power* na Ásia Central. Nesse sentido, Sébastien Peyrouse utiliza como exemplo um estudo realizado no Cazaquistão revelando que 44% dos especialistas acreditam que a China não será capaz de se impor como potência regional na Ásia Central (2008:13) Por outro lado, 20% dos especialistas questionados acreditam que a China se tornarão um ator importante na região (PEYROUSE, 2008). Além do mais, a língua e cultura chinesa não despertam tanto interesse na Ásia Central, pelo menos até o momento. De fato, em termos de *soft power*, especialistas como Raquel Freire⁶ (2012) acreditam que a China “não tem feito nenhum esforço particular para tentar ser bem-recebida na região” enquanto “a Rússia exprime preocupação pois considera uma área que lhe ‘pertence’”. Contudo, o fato de que os chineses são pragmáticos e (relativamente) ‘despreocupados’, em termos de *soft power*, em relação à região, não significa que a China não possua uma “agenda muito clara nessa área” consistindo essencialmente de “conseguir benefícios econômicos e acesso a recursos energéticos” (FREIRE, 2012).

Quase duas décadas depois da independência, as Repúblicas da Ásia Central ainda habitam um sistema impregnado por referências russas (pois até pouco tempo eram ainda soviéticas). Nesse sentido, “a língua que abre as portas para o mundo é o russo; a Rússia

permanece sendo o país cujo modelo de desenvolvimento é o mais invocado; as relações sociais e econômicas ainda estão concentradas em Moscou; modas e tendências culturais chegam da Federação Russa” (LARUELLE e PEYROUSE, 2009: 10). Por outro lado, como sublinhado por Daniel Vajdic, “o Kremlin quer que a [as repúblicas da Ásia Central continuem dependentes da União Soviética em termos de segurança” o que assegurará a continuidade da Rússia como “a potência dominante na Ásia Central” (2012: para. 11).

Por outro lado, de acordo com Edward Chow⁷ (2011), “as elites russas possuem uma relação de longa data com as elites política da Ásia Central: ambas se conhecem muito bem e falam a mesma língua”. Além disso, a Rússia (e a antiga União Soviética) era a “antigo poder colonial” que contribui para criar “percepções e gostos similares” (CHOW, 2011). Todavia, curiosamente, há ao mesmo tempo uma propensão cada vez maior de negócios com a China “porque é lá que está o dinheiro” (CHOW, 2011). Apesar do fato de toda influência cultural russa na região, é preciso também levar em conta a influência da Turquia. Apesar de reconhecer que os chineses possuem a habilidade de construir hospitais e fazer negócios de forma quase instantânea, Heitor Romana⁸ (2012) considera que “do ponto de vista cultural, não há chance”. Ainda segundo o especialista, “todos os traços que formam a Ásia Central são culturalmente turcos”. Michael Moreland (2012) enfatiza que a expansão turca na Ásia Central é estimulada pela identidade turca, por interesses estratégicos e pelos objetivos econômicos de Ankara. Como a Turquia “do ponto de vista geográfico conecta a Ásia à Europa, o país pode vir a servir como ponte entre blocos estratégicos como a OTAN e a Shanghai Cooperation Organization na Ásia Central” (*Atlantic Sentinel*, 2012: para. 6). Ademais “como porta-estandarte da identidade turca, Ankara está excepcionalmente bem posicionada para desempenhar um papel chave na Ásia Central (*Atlantic Sentinel*, 2012: para. 7).

O desenvolvimento do comércio entre Pequim e as república do centro asiático (ainda) não refletem o aumento de influência chinesa na região. Por outro lado, o crescimento econômico da China (acompanhado pela emergência da China como potência regional e global), parece mais, paradoxalmente, aumentar a “preocupação” na Ásia Central do que contribuir para aumentar a influência da China na região (INDEO, 2012: para. 1). Um caso revelador do desconforto que a China está aparentemente causando na região: os fluxos migratórios (SWANSTRÖM, 2011). Com relação à imigração, Igor Torbakov observa que “Pequim está sendo acusada de silenciosamente promover a migração chinesa para a Ásia Central” (2007:158). O temor da “ameaça amarela” é inerente à questão da imigração Chinesa nas pequenas repúblicas da Ásia Central, cujos habitante perfazem em torno de 92 milhões. Não há nada que possamos comparar com a população de quase 1.4 bilhão da China. A escalada do crime parece estar ligada à questão da imigração. De acordo com M. Laruelle e S. Peyrouse, “as repúblicas centro asiáticas imputam aos imigrantes chineses a responsabilidade pelo aumento de crimes em áreas urbanas, se mostrando igualmente apreensivos em relação ao aparecimento de guetos em cidades grandes, especialmente *Chinatown*s que surgem das capitais” (2009: 159). R. Mogilevski (2012) observa que “hoje em dia, há um número maior de chineses que vivem lá [na Ásia Central]” porém não acredita que “sejam tão numerosos quanto os que vivem nos Estados Unidos, por exemplo”. Interrogado sobre o assunto, R. Mogilevski (2012) aponta as restrições impostas sobre a imigração impostar por vários governos na região, sendo estas muito “severas” (no caso do Quirguistão, por exemplo, o limite máximo de imigrantes é 10 mil para o país inteiro), embora admita que seja “possível manipular esses números de várias maneiras”.

Na mesma direção, é preciso mencionar a má reputação dos produtos fabricados na China, assim como a de muitos executivos na região por estarem supostamente envolvidos

em negócios dúbios ou escusos. Não se deve tampouco, por outro lado, ignorar a questão da competição entre mercadorias chinesas e regionais, o que gera preocupações em nível local (LARUELLE e PEYROUSE, 2009). Nesse sentido, retornamos ao especialista Khadzhieva Guljahan (2011), que afirma que “produtos da Ásia Central não são capazes de competir com produtos chineses” o que, na prática, contribuiu para a “destruição na indústria leve e pesada” na Ásia Central, onde “várias unidades industriais são forçadas a fechar as portas ou, em outros casos, reduzir substancialmente sua produção”.

626

A balança de poderes na Ásia Central é complexa e frágil (COOLEY, 2012). Por um lado, as potências regionais estão preocupadas em salvaguardar seus interesses, com a assistência das repúblicas centro-asiáticas, estas, por sua vez, buscam maximizar seus próprios interesses “beneficiando-se ambos da competição entre potências regionais” (FEIGENBAUM, 2011: 4). Agindo taticamente, as repúblicas do centro asiático estabeleceram um equilíbrio de poder capaz de garantir sua interdependência (FEIGENBAUM, 2011). Por outro, as repúblicas são “espertas” pois lançam mão de uma “diplomacia ambivalente quanto aos interesses russos, estadunidenses e chineses na região” (TORBAKOV, 2007: 158-159).

Como percebido por Sébastien Peyrouse, “o pragmatismo dos executivos chineses é frequentemente elogiada pelos centro asiáticos e contrastada com a indecisão e quebra de promessas dos europeus e russos” (2009: 10). Todavia, esses especialistas explica que “a ideia dos centro asiáticos da China está longe de ser positiva, sendo que a sinofobia é um fenômeno crescente” (PEYROUSE 2009: 10). De fato, como enfatizado por Umarov e Pashkun, “apesar da natureza cordial das relações com a China, os estados centro asiáticos nutrem um desgosto permanente por Pequim” e até mesmo um profundo pessimismo em relação ao poder crescente da China” (2006: 2). Por outro lado, Roman Mogilevski (2012) acredita que a “Rússia demonstra preocupação em relação ao dinamismo e envolvimento da China na região”. R. Mogilevski (2012) também leva em conta o fato de que o Reino Médio não adota uma postura agressiva e não se apressa, ciosa do disseminado medo da China, como no Cazaquistão, que se revela excessivamente preocupada com a influência chinesa na região (...).”

O Impacto Prejudicial da China

No outro lado da moeda, como apontado por M. Laruelle e S. Peyrouse, “apesar dos efeitos positivos gerados por ora, suspeita-se que a longo prazo a presença da China pode trazer problemas para nações da Ásia Central” (2009: 8). De acordo com esses autores, “há uma forte suspeita de que a China, como no passado (ainda) possui desígnios imperiais na região, e que estes estão apenas dissimulados ou postergados (LARUELLE e PEYROUSE, 2009: 8). É preciso lembrar que por muito tempo as repúblicas da Ásia Central sofreram o domínio russo. Nesse sentido, como explicado por Edward Chow (2011), “há um sentimento de compatibilidade que dificilmente pode ser transferido para os chineses” pois é esse povo, afinal, que os soviéticos ensinaram a temer desde o ensino primário até a universidade” – e esse sentimento continua prevalecendo na região”. Portanto, parece ser bastante quando agentes oficiais centro asiáticos demonstram publicamente uma atitude positiva em relação à presença chinesa na região. M. Laruelle e S. Peyrouse não possuem dúvidas: “a manifestação de uma atitude positiva em relação à China não é necessariamente baseada numa convicção ideológica (por exemplo, simpatia pelo país ou seu regime político...)” (2009: 67). No entanto, percebe-se que ela é orientada por uma certa “sinofobia”: o desejo de manter fortes laços com a China porque é melhor manter

uma relação saudável com um vizinho grande e temido” (LARUELLE e PEYROUSE, 2009: 67). No caso do Cazaquistão, por exemplo, de acordo com um especialista (Especialista I, 2012), “Nazarbayev tem sido muito cuidadoso e pragmático; as relações com a China são de uma natureza puramente comercial, ligadas à extração de recursos”.

627

Bohdan Krawchenko⁹(2012) entende que “o impacto econômico da China é absolutamente pernicioso” e que portanto as “Repúblicas da Ásia Central revelam-se extremamente apreensivas quanto à China, sem saber lidar com ela”. Nessa linha, António Costa Silva¹⁰ (2012) explica que “as repúblicas centro-asiáticas colaboram com a China, apesar de a temerem”. O especialista nos lembra de um aspecto simbólico nesse sentido – a mudança da capital do Cazaquistão, Almaty, praticamente na fronteira com a China, para Astana (noroeste, mais perto da Rússia) – devido ao constante temor [cazaque] de uma invasão que completamente dominaria a [velha] capital” (SILVA, 2012). Apesar da mudança de capital, o “fator chinês”, ou, em outra palavras, o peso da China, continua “arreatador” e as repúblicas – e nesse caso o Cazaquistão é exemplar – têm buscado contrabalancear os interesses ocidentais (leia-se, das grande empresas de petróleo ocidentais) e também russos e chineses, “se unindo a um mais do que os outros” (SILVA, 2012). As repúblicas da região estão buscando, segundo o especialista, “jogar em vários tabuleiros para defender sua independência” para que não se tornem devedores em excesso à China [ou qualquer outra potência] (SILVA, 2012). Exemplar nesse sentido, novamente, é o caso do Cazaquistão, que mantém “excelentes relações com a União Europeia e a Rússia entre outros” (SILVA, 2012).

Na opinião de Oleg Egorov¹¹ (2011), “a rápida expansão da China pode provar ser muito perigosa e prejudicial para as repúblicas da região em tela”. Como exemplo, esse especialista informa que “estão construindo *Chinatowns* nos arredores dos gasodutos, sejam eles existentes ou projetados, na Ásia Central” (EGOROV, 2011). Nesse ponto, Bohdan Krawchenko (2012) afirma que os chineses “usam seus próprios trabalhadores” não para o caso específico da manutenção dos gasodutos, mas também para as outras várias atividades em que estão envolvidos na Ásia Central, não manifestando, por outro lado, “qualquer preocupação com questões ambientais”.

De acordo com Peyrouse *et al*, “o auxílio externo chinês para países da região não contribuem para o seu desenvolvimento” (2012: 14). Na verdade, acabam por “exacerbar a dependência econômica desses estados no que tange produtos e apoio chinês” restando claro que o auxílio não vem sem amarras em termos de interesses financeiros e estratégicos” (PEYROUSE *et al*, 2012: 14). A China tem buscado criar “novos mercados de exportação para seus produtos; contratos para suas empresas, assim como assegurar acesso a novas fontes de energia; e tornar os governos centro-asiáticos em ‘devedores’ ou até mesmo ‘vassalos’” (PEYROUSE *et al*, 2012: 14).

Recorrendo novamente a Oleg Egorov (2011), especialista regional em Cazaquistão, “há uma diferença entre os salários pagos a trabalhadores chineses e os salários pagos aos locais” que leva por vezes os trabalhadores cazaques a entrarem em greve contra o que eles consideram a “invasão chinesa”. Egorov (2011) aponta ainda o caso da imigração ilegal de chineses para o Cazaquistão, o que também gera “uma justificativa para a insatisfação. Para Bohdan Krawchenko (2012), esses temores “não são uma ilusão” e na prática “eles estão se materializando”. De fato, milhares de comerciantes podem ser encontrados no extremo leste da Rússia, onde é baixa a densidade populacional

Devemos notar que Oleg Egorov (2011) não nega que a China deva participar do desenvolvimento social do Cazaquistão (usando esse país como exemplo); no entanto, Egorov acredita que a construção de hospitais e outras infraestruturas públicas pelos

chineses, em troca pelo direito de explorar o potencial energético do país, acabem sendo “pouco substancial”. Com relação a esse ponto o mesmo especialista (2011) relata que “mais de 78% do petróleo e gás natural sendo retirado” e que as “refinarias do Cazaquistão operam com apenas metade de sua capacidade”. Isso explica porque há “pouco petróleo a ser efetivamente refinado” (apesar do país ser produtor) e “ao mesmo tempo há uma enorme dependência financeira na China” (EGOROV, 2011). Nesse sentido, outro especialista na região, Meruert Makhmatova (2011), explica que no caso do Cazaquistão, por exemplo, “há enorme insatisfação com a forma como a China concedeu crédito ao país”. Esse autor afirma que durante a crise econômica de 2008, o presidente Nazarbayev solicitou um empréstimo de 13 bilhões de dólares a Pequim. No entanto, de acordo com Makhmatova (2011), tal montante implicou em vários efeitos negativos para o Cazaquistão, onde “empregos locais estão sendo tomados pelos chineses” sendo que “maioria da população não está contente com a ideia de que os chineses são parte da economia do Cazaquistão como investidores e ainda são amigos do presidente”.

Martin C. Spechler destaca que “embora a China ativamente tente assegurar o acesso a recursos energéticos e outras matérias primas na Ásia Central, não há, no entanto, uma dinâmica significativa de negócios chineses nos estados pós soviéticos” (2009: 3). Há certamente, fatores estruturais que explicam o “relativo desinteresse no mercado chinês centro-asiático” a saber “seu tamanho pequeno” assim como um “clima de investimento corroído pela corrupção e impostos ‘inesperados’, atualmente comuns na Ásia Central” capazes de desencorajar até mesmo o chinês tolerante” (SPECHLER, 2009: 15). Por um lado, a “presença econômica da China na Ásia Central” é “muito significativa” e de muitas maneiras os investimentos chineses são “recebidos de braços aberto” pela repúblicas da região, há, contudo, uma inerente “falta de transparência” a tais investimentos, assim como “na relação da China com esses países” (WONG, 2011: para. 12). Por outro “as populações locais, principalmente no Quirguistão e no Cazaquistão, onde teme-se que a migração chinesa pode reverter as escalas de poder econômico nesses países” que possuem “uma fraca densidade populacional” (WONG, 2011: para. 13).

Em artigo publicado no jornal canadense Vancouver Sun, Jonathan Manthorpe relata que “o preconceito contra os chineses é generalizado” (2013: para. 7). Trata-se de um sentimento especialmente pronunciado no Quirguistão, onde “mineradoras chinesas são acusadas de gerar poluição, tirando o emprego de trabalhadores locais e oferecendo pouco em troca” (MANTHORPE, 2013: para. 7). Por outro lado “em vários países centro-asiáticos, tem se verificado crescente violência contra trabalhadores chineses e habitantes locais” (MANTHORPE, 2013: para. 9). Esses fatos sugerem uma espécie de *déjà vu*, já que os chineses demonstram um comportamento semelhante em outras partes do mundo, como na África. Nesse sentido, Tanguy Struye destaca que “muitos contratos fechados com empresas chinesas são acompanhados por cláusulas que estipulam que 70% da carga de trabalho será executada por seus próprios empregados (normalmente prisioneiros e recrutas)” (2011: 23). Novamente, tanto a Ásia Central como a África “têm sido cenário da repetição de problemas muitos semelhantes para aqueles que frequentemente ocorrem na China: desmatamento, contaminação da terra e da água, desrespeito pelo meio-ambiente como resultado da busca desenfreada pela produtividade” (DUARTE, 2012: 27). Tendo isso em vista é questionável se a presença da China na Ásia Central gera desenvolvimento. Sébastien Peyrouse duvida seriamente se investimentos chineses contribuem para a “disseminação de conhecimento e técnicas para a interação com a país” (2009: para. 9). Por ora, a política chinesa tem se provado muito pragmática, enfatizando os ganhos econômicos em vez de uma busca por dominação política.

De acordo com Roman Mogilevski (2012), apesar da Ásia Central ser uma estrangeira perto da Rússia, “a presença e a participação da China na região tem aumentado significativamente” em que pesem, segundo esse autor, os argumentos a favor do ‘retorno’ da Rússia. De fato, “os russos podem ter ambições de um ponto de vista estratégico [na geopolítica regional]” e é impossível ignorar, por outro lado “o peso da nostalgia...”. Outro especialista local, entrevistado sob condição de anonimato (Especialista II, 2012), reforça o poder dessa nostalgia — já citada aqui por Mogilevski (2012) — uma “desconfiança tradicional em relação à China”. Esse especialista descreve a era soviética como o tempo quando “as estradas eram asfaltadas e a infraestrutura construída”, de modo que “ser parte da União Soviética era como esta vivendo na Era Dourada um tempo em que um sistema que funcionava, enquanto “hoje os bens públicos se encontram em estado degradado e quase sem utilidade (Especialista II, 2012). Para Almaz Saifutdinov¹² (2012), exceção feita, talvez, aos “antigos filósofos ou nacionalistas, escritores tradicionais e figuras islâmicas” não seria errado afirmar que “as gerações antigas sentem nostalgia pelo período soviético, diferentemente da vasta maioria da geração jovem que não viveram o período e realmente não sabem o que pensar...”.

Liubov Jdanova¹⁴ (2012), Diretor do Departamento de Estudos Europeus da Universidade Americana da Ásia Central em Bishkek, entende que a Rússia é uma espécie de irmão para o povo do Quirguistão, considerando que quase um milhão de pessoas visitam regularmente a Rússia para visitar parentes. Mas é importante enfatizar também “as relações comerciais, os investimentos russos no país em vários setores...” (JDANOVA, 2012). Todos esses fatores portanto levam Liubov (2012) a reconhecer que a Rússia é uma escolha mais clara porque há um passado compartilhado. Com o colapso da União Soviética, “muitas ambições e esperanças foram perdidas” (JDANOVA, 2012). Logo, não é coincidência, como sublinhado por Jean-Christophe Lermusiaux¹⁵ (2011) que o “povo da Ásia Central sinta isso após ter passado por tantas experiências juntos”. No entanto, se a Rússia é capaz de suscitar a nostalgia citado por Liubov Jdanova, entre outros, a China, ao contrário provoca reações opostas de modo que, como colocado por Lermusiaux (2011), “todo mundo teme os chineses”, inclusive os mongóis e os russos (particularmente no que diz respeito à região pouco habitada da Sibéria) e logo há uma rejeição do estrangeiro como migrante mas não de como investidor”. Naturalmente, não é possível falar da China como um bloco homogêneo, pois, como já explicado, há várias “Chinas embora Xinjiang compartilhe vários traços (culturais, religiosos, linguísticos, etc.) com os povos centro-asiáticos e nesse sentido é possível dizer que haja “uma visão de mundo muito semelhante entre eles” (JDANOVA, 2012).

O Soft Power Chinês

É importante abordar um ponto que, apesar de muitas vezes ignorado, é de grande relevância na medida em que direta ou indiretamente pode ditar o comportamento ou influenciar a percepção de certos atores em relação à China: o *soft power* (DUARTE, 2012). Por ora, a China revela alguma dificuldade na projeção do chamado *soft power* na Ásia Central. Trata-se de uma importante limitação porque diz muito sobre uma potência que, apesar de economicamente e comercialmente forte, enfrenta grande dificuldade na projeção de seu componente civilizacional para outras partes do mundo” tal como a África, América Latina e, nesse caso em particular, a Ásia Central (ROMANA, 2012).

Heitor Romana (2012), que viveu muitos anos no oriente, acredita que a “sedução pelo que a China é bastante considerável” mas mesmo assim “de pouca consequência, se considerarmos o nível antropológico” isto é, se olharmos de perto para as

“idiosincrasias de ser Chinês”. Na opinião do autor, “os Chineses fazem um grande esforço para se dar ao mundo” [...] porque “eles não possuem uma característica universalista [...] eles não possuem algo que está no DNA cultura, por assim dizer” apesar de tentarem copiar os modelos britânico, inglês, francês e até mesmo o português” (ROMANA, 2012). Isto é, de acordo com H. Romana (2012) “a China não é capaz de penetrar o plano mental da decisão, pois é para isso afinal que serve *soft power*”. Por sua vez, António de Sousa Lara¹⁶ (2010) argumenta que a China enfrenta o sério problema de não ter a miscigenação como parte de sua cultura. Em outras palavras, “quando os chineses emigraram para a Europa, os Estados Unidos (como atestam as enormes comunidades em cidades como Londres e Nova York) eles não se misturaram à população; eles não foram designados a um gueto, eles mesmos a criaram” (LARA, 2010). Isso, para António de Sousa Lara (2010), “demonstra uma certa atitude em relação ao externo: os chineses não querem se misturar com a população local, ou se não o fazem é porque possuem uma cultura muito diferente da qual não querem abdicar”.

630

Em conclusão, na opinião de especialistas como Hak Li e Zhengxu Wang, é possível prever que “a não ser que a China apresente um plano mais claro e proativo com o objetivo de aprofundar sua relação com as repúblicas centro-asiáticas sua influência na região continuará limitada” (2009: 14). Laruelle e Peyrouse também consideram que apesar de “muitos especialistas confessarem sua admiração pela velocidade com que a China se afirmou no centro asiático” não devemos chegar a conclusões precoces já que em muitas áreas a influência de Pequim ainda é limitada (ou percebida dessa forma)” (LARUELLE e PEYROUSE, 2009: 115; ver também HAK YIN LI e ZHENGXU WANG, 2009).

Interdependência China – Ásia Central

A questão energética é uma força motriz nas relações econômicas entre Pequim e as repúblicas da Ásia Central. A origem dessa observação está num simples fato: a China precisa de energia. De acordo com Virginia Trigo¹⁷ (2010), “é fundamental para a China ter acesso a recursos... sendo este país a “fábrica” do mundo. Por sua proximidade geográfica, mas também por suas vastas reservas de petróleo e gás natural, a Ásia Central é, não surpreendentemente, vista por Pequim como um oportunidade atraente para assegurar recursos energéticos.

Os números provam o extraordinário potencial energético da região. De acordo com o Global Business Report, as “Repúblicas do Centro da Ásia já possuem reservas comprovadas de mais de 6,7 trilhões de metro cúbicos” e suas reservas de petróleo ultrapassam 60 milhões barris de petróleo” sendo que algumas estimativas dizem 20 bilhões de barris (*Special Report: Caspian Region*, 2012: 1). No entanto, a maioria desse potencial continua intacto (*Special Report: Caspian Region*, 2012: 1).

Quando se fala da importância da Ásia Central para o suprimento da energia da China devemos considerá-la num contexto mais amplo que diz respeito, essencialmente, à questão de segurança energética. Esta, por sua vez, é componente da segurança doméstica e internacional ao mesmo tempo. Como sugerido por Waco Worley, “um país deve ter acesso permanente a recursos energéticos, não correndo o risco de exauri-los” (2006: 2). Assim, muitos estados tentam explorar melhor suas reservas domésticas de energia. No entanto essas nem sempre são o suficiente para prover as necessidades energéticas de um país, o que represente, obviamente, uma fonte de insegurança. De acordo com W. Worley, “a insegurança energética diminui o poder e influência de um estado no sistema internacional” e assim “sem os recursos adequados de energia

(domésticos ou não), os estados são incapazes de se tornarem potência regionais ou (certamente não) lobais” (2006: 2). No caso da China, um país emergente que abriga um quinto da população mundial a questão da segurança energética é ainda mais urgente na medida em que “o governo se mobiliza para atingir suas metas de modernização e prosperidade coletiva” (*China Daily*, 2012: para. 1).

Retornando a W. Worley, como países precisam de energia para sobreviver, eles tendem a procurar, “agressivamente” por uma forma de encontrar recursos na posse de outros estados, buscando com esse propósito o maior número possível de parceiros para “diversificar sua fontes de energia” (2006: 2). Na medida em que forjam parcerias criam laços (que incluem acordos sobre fronteiras, comércio e cultura). De acordo com Robert Keohane e Joseph Nye (2001), o estabelecimento desses elos com muita probabilidade irá gerar uma cooperação duradoura entre estados. No caso da China e da Ásia Central isso fica cada vez mais evidente. Se por um lado, Pequim precisa desses países para diversificar sua matriz energética, estes, por sua vez, vêem na China um mercado dinâmico e acessível para suas exportações assim como um vital canal (não russo) pelo qual podemos fazer suas mercadorias circularem para um mercado internacional mais amplo.

Há outros fatores que sustentam a percepção que os países centro asiáticos têm da China na região. O governo chinês, diferentemente de outros governo, tem a capacidade de fornecer uma ampla assistência financeira a esses países, o que é absolutamente vital para o desenvolvimento de suas economias (WEITZ, 2013). Segundo Nargis Kassenova, “o apoio chinês ao desenvolvimento é oferecido via subsídios – geralmente pago em mercadorias, com o objetivo de reduzir os riscos de corrupção – ou por meio de concessões ou empréstimos com termos preferenciais” (2009: 10). Ademais, é interessante notar que esse auxílio não se sujeita a qualquer “demanda democrática” ou ao respeito pelos direitos humanos”, ao contrário dos termos dos contratos com “credores/doadores ocidentais” firmados em troca de apoio (KASSENOVA 2009: 5). Sébastien Peyrouse, Jos Boonstra e Marlène Laruelle vão no mesmo sentido afirmando que o apoio econômico fornecido pela China têm logrado, entre outros motivos, por causa dos empréstimos oferecidos a preços vantajosos” (2012: 14).

Em terceiro lugar, a presença chinesa na Ásia Central oferece um “contrapeso” útil à presença russa. Com efeito, para as repúblicas da região “o fato de que há duas potências regionais competindo por acesso ao óleo e gás natural” é certamente, mais interessante” do que se sujeitar ao monopólio russo, como no passado (JACKSON, 2009: 18). Nesse sentido é preciso notar que a China não é apenas um parceiro “útil” para servir de contrapeso à influência ocidental na região. De fato, para Dmitri Trenin, Diretor do Carnegie Moscow Centre, “apesar de interesses compartilhados, a China e a Rússia não são aliados” (2012: 43). Se, por um lado, Moscou não tenda a aceitar uma eventual supremacia chinesa, a China, por sua vez, enxerga a Rússia como um poder em declínio (TRENIN, 2012: 43). Outro autor, Axel Berkofsky, afirma que “do ponto de vista russo, Pequim é uma espécie intruso que desafia a influência da Rússia em seu quintal” (2012: 1). Portanto, a “receptividade de Moscou em relação à integração regional promovida pela China nos campos da política e da segurança permanece limitada, exceto quando é usada para frear a influência Ocidental, especialmente dos Estados Unidos)” (BERKOFSKY, 2012: 1). A Rússia parece seguir uma atitude de precaução em relação à rápida modernização militar da China porém é categoricamente contra o estabelecimento de bases militares na Ásia Central” (BERKOFSKY, 2012: 1).

Em quarto lugar, a “parceria chinesa com as repúblicas da Ásia Central é aceita por todas, pois são, exceto talvez pelo Cazaquistão, militarmente frágeis, na medida em que enfrentam, ao mesmo tempo, “múltiplas ameaças no nível da segurança” (DUARTE, 2012: 19). Agora a

China possui grande interesse em evitar insegurança na região, particularmente provocada por movimentos separatistas (BERKOFISKY, 2012). O apoio militar russo à Ásia Central não é recente, muito embora Pequim tenha mostrado interesse no treinamento de exércitos da região e contribuído para a modernização de seu equipamento militar (*China Brief*, 2010).

De acordo com Edward Chow (2011), “a China é relativamente uma novata na Ásia Central”. De fato, como sublinhado por Suvankulov e Guc “até o começo dos anos 2000, a China ocupou uma posição secundária na busca pela influência na região” (2012: 23). Na verdade, “apesar de ter concluído vários tratados bilaterais com repúblicas centro-asiáticas, as prioridades de Pequim não estavam concentradas na região” (SUVANKULOV e GUC, 2012: 23). Na década de 1990, os chineses perguntaram o que fazer em relação à Ásia Central (CHOW, 2011). Na realidade, o colapso da União Soviética os pegou de surpresa: “ninguém sabia por certo o que aconteceria na região” (CHOW, 2011). Contudo, os norte-americanos foram mais rápidos na tentativa de exercer influência na Ásia Central, parcialmente “porque é difícil atingir consenso político na China” e depois entrar em ação (CHOW, 2011).

Em menos de duas décadas, Pequim conseguiu colocar em prática uma extraordinária entrada na Ásia Central. As repúblicas da região descobriram o vizinho chinês em 1991, no momento em que declaravam sua independência (ZHANG CHI, 2013). As repúblicas recém-independente se viram fazendo política de boa vizinhança com um país que mal conheciam e que havia sido demonizado pela propaganda soviética (KELLNER, 2008).

Pedro Fonseca¹⁸ (2011) entende que a China “ganhou clara proeminência na região” o que também se deve a sua “crescente importância mundial”. Depois de ter resolvido disputas de território e fronteiras com seus vizinhos centro-asiáticos, Pequim provou ser um parceiro confiável, não apenas em termos de uma diplomacia bilateral, mas também do ponto de vista comercial. Como destacado pelo *The New York Times* “desde o começo da crise financeira, a China ultrapassou a Rússia, até então o principal parceiro comercial da Ásia Central” (2012: para. 7).

Conclusão

A consolidação da estratégia chinesa para a Ásia Central é um jogo complexo, o resultado de boas relações políticas e acordos econômicos. No entanto, se o comércio costuma ser fonte de paz e estabilidade, a disputa por acesso a recursos energéticos implica tensões, desconfiança e rivalidade. Como poder emergente a China se mostra, naturalmente apreensiva em relação a sua segurança energética, especificamente em relação à diversificação de seus recursos energéticos. Trata-se de uma razão necessária, porém não suficiente para justificar a importância da Ásia Central na China. De fato, o Reino Médio busca não apenas diversificar suas parcerias energéticas mas também interromper o isolamento de algumas de suas províncias. Nesse contexto, a estabilidade de Xinjiang e da periferia chinesa estão no cerne das preocupações chinesas com relação à segurança, que depende da neutralização de aspirações separatistas e terrorismo.

É prematuro afirmar que o Reino Médio já derive vantagens de sua influência decisiva na região da Ásia Central. De fato, apesar da velocidade com que a China tem conseguido firmar sua posição na Ásia Central. A influência de Pequim ainda é sutil na região. Por outro lado, há de se reconhecer que a influência russa na região se destaca. De fato, apesar de já ter conquistado a independência há duas décadas, as repúblicas da Ásia Central compartilham mais similaridades com a Rússia do que com a China: não apenas

no nível econômico e cultural mas também em relação à confiança conquistada. De fato, a China ainda é percebida como “estranha” e um “elemento inédito” nesses países que até pouco tempo estavam sob domínio soviético. Há uma forte suspeita de que o Reino Médio, como no passado tenha desígnios imperialistas na região, por ora os dissimulando ou postergando. Tendo em vista o exposto, não seria inoportuno concluir que a não ser que a China apresente um plano mais claro e proativo para aprofundar suas relações com as Repúblicas da Ásia Central, sua influência na região continuará sendo reduzida.

633

(Recebido para publicação em março de 2014)

(Reapresentado em agosto de 2014)

(Aprovado para publicação em julho de 2014)

Cite este Artigo

DUARTE, Paulo. Tem um dragão no quintal: a China na Ásia Central.

Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, Vol.5 | N.2, pp. 618 – 638, dezembro 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. Roman Mogilevski (2012). Entrevista. Bishkek. Roman Mogilevski é director executive CASE – Quirguistão e Consultort (Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Comunidade Europeia, PNUC, projetos USAID).
2. O especialista em questão estava lotado na embaixada dos Estados Unidos no Cazaquistão.
3. Especialista ligado à embaixada dos Estados Unidos no Quirguistão.
4. Ver detalhes no site <http://www.ucentralasia.org/>
5. Khadzhieva Guljahan (2011). Entrevista. Almaty. Especialista em assuntos regionais da Ásia Central.
6. Raquel Freire, *entrevista*, Coimbra, 2012. Raquel Freire é professora de relações internacionais na Universidade de Coimbra e autora de vários artigos no campo de estudos pós-soviéticos.
7. Edward Chow. Entrevista. Estados Unidos da América, 2011. Edward Chow é um especialista americano em assuntos relacionados à Ásia Central.
8. Heitor Romana, Entrevista. Lisboa, 2010. Heitor Romana é professor de relações internacionais do ISCSP-Universidade de Lisboa.
9. Bohdan Krawchenko. Personal Interview. Bishkek, 2012. Bohdan Krawchenko is Director of Central Asia University.
10. António Costa Silva, entrevista, Almaty, 2011. António Costa Silva é CEO da Partex Oil & Gas.
11. Oleg Egorov, entrevista, Almaty, 2011. Oleg Egorov é especialista do Institute of Economy, uma divisão do Ministério da Educação e Ciência no Cazaquistão.

12. Meruert Makhmatova, entrevista, Almaty, 2011. Meruert Makhmatova é um especialista cazaque e diretor do Public Policy Research Centre em Almaty. 634
13. Almaz Saifutdinov. Entrevista. Dushanbe, 2012. Almaz Saifutdinov é um pesquisador na Embaixada dos EUA em \ Dushanbe.
14. Liubov Jdanova. Entrevista. Bishkek, 2012.
15. Jean-Christophe Lermusiaux. Entrevista Almaty, 2011. Jean-Christophe Lermusiaux é Chefe de Pesquisa na Visor Capital, Almaty.
16. António de Sousa Lara. Entrevista. Lisboa, 2010. António de Sousa Lara é professor titular de relações internacionais no ISCSP-IUL, Lisboa.
17. Virgínia Trigo (2010). Entrevista. Lisboa. Virgínia Trigo é professora titular e pesquisadora de assuntos chineses no ISCTE-IUL, Lisboa.
18. Pedro Fonseca, entrevista, Lisboa, 2011. Pedro Fonseca é professor de relações internacionais no ISCSP-Universidade de Lisboa.

Referências Bibliográficas

- BERKOFISKY, Axel. "China's Strategic Involvement in Central Asia- Strategies, Results and Obstacles", Istituto Per Gli Studi Di Politica Internazionale, 2012, no. 128, pp. 1-7.
- BLANK, Stephen (2009). "Chinese Energy Policy in Central and South Asia". Korean Journal of Defense Analysis, vol. 2, no.4, pp. 435-453.
- BLOOMBERG News, "China's Urban Population Exceeds Countryside for First Time", January 17, 2012, Disponível em: www.bloomberg.com/news/2012-01-17/china-urban-population-exceeds-rural.html Acesso em 3 jan. 2014.
- BOSBOTINIS, James. "Sustaining the Dragon, Dodging the Eagle and Barring the Bear? Assessing the Role and Importance of Central Asia in Chinese National Strategy", China and Eurasia Forum Quarterly, 2010, vol. 8, no. 1, pp. 60-82.
- BRACKEN, Paul et al. "China's Quest for Energy Security: Redefining and Driving Foreign Aid". The Michigan Journal of Public Affairs, vol. 10, Spring 2013, pp. 4-25.
- CHANG, Bao. "Trade across Central Asia boosted by railway land bridge to Europe". China Daily. December 6, 2012, Disponível em: www.chinadaily.com.cn/cndy/2012-12/06/content_15990626.htm Acesso em 3 jan. 2014.
- CHOW, Edward. Interview via Skype. United States of America, 2011.
- COOLEY. Great Games, Local Rules: The New Great Power Contest in Central Asia: Oxford University Press, 2012.
- DOWNS. Inside China, Inc: China Development Bank's Cross-Border Energy Deals. Washington D.C.: John L. Thornton China Center Monograph Series, 2011.
- DUARTE, Paulo. "China looks to Central Asia". Boletim Mundorama, no. 63, 2012, pp. 4-39.

- EGOROV, Oleg. Personal Interview. Almaty, 2011. 635
- FEIGENBAUM, Evan. "Seven Critical Guidelines For U.S. Foreign Policy In Central Asia". Council on Foreign Relations, February 23, 2011. Disponível em: www.businessinsider.com/seven-guidelines-for-us-central-asia-policy-2011-2 Acesso em 24 jan. 2014.
- FONSECA, Pedro. Personal Interview. Lisbon, 2011.
- FREIRE, Raquel, Personal Interview, Coimbra, 2012.
- GHIGLIONE. O inquérito - Teoria e Prática. Lisboa: Celta Editores, 2001
- HARRIS, Stuart. "China's regional policies: how much hegemony?". Australian Journal of International Affairs, 2005, vol.59, no.4, pp.481-492.
- IGOR, Rotar, "Chinese 'Expansion' in Kyrgyzstan: Myth or Reality?". The Jamestown Foundation, November 7, 2012, vol. 9, no. 204, Disponível em: http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=40077&tx_ttnews%5BbackPid%5D=7&cHash=51d3948f106a396dc262bd1a87bb2c4e. Acesso em 16 jan. 2014.
- INDEO, Fabio. "The Rise of China in Central Asia". Eurasian Review of Geopolitics, August 20, 2012. Disponível em: <http://temi.repubblica.it/limes-heartland/the-rise-of-china-in-central-asia/1928> Acesso em: 8 jan. 2014.
- JACKSON, Alexander. "China and Central Asia". Caucasian Review of International Affairs, 2009, vol. 33, May 19, Disponível em: http://cria-online.org/CU_-_file_-_article_-_sid_-_41.html Acesso em 5 jan. 2014.
- JDANOVA, Liubov. Personal Interview. Bishkek, 2012.
- KANG. China rising: peace, power, and order in East Asia. New York: Columbia University Press, 2007.
- KASSENOVA, Nargis. "Aide au développement: la percée chinoise au Tadjikistan et au Kirghiztan", Russie Nei Visions, 2009, no. 36, pp. 1-32.
- Kellner. L'Occident de la Chine, Pékin et la nouvelle Asie centrale (1991-2001), Paris: PUF, 2008
- Keohane & Nye, Power and Interdependence. New York: Longman, 2001.
- KHODZHAEV, Ablat. "The Central Asian Policy of the People's Republic of China", China and Eurasia Forum Quarterly, 2009, vol. 7, no.1, pp.9-28
- KRAWCHENKO, Bohdan. Personal Interview. Bishkek, 2012.
- LARA, António. Personal Interview. Lisbon, 2010.
- LARUELLE & PEYROUSE. China as a Neighbor: Central Asian Perspectives and Strategies, Washington D.C.: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2009.
- LERMUSIAUX, Jean-Christophe. Personal Interview. Almaty, 2011.
- LI, Hak, WANG, Zhang. "Assessing China's influence in Central Asia: a dominant regional power?", Briefing series University of Nottingham, 2009, vol.53, pp. 1-14.

- LIU, Qianqian. "China's Rise and Regional Strategy: Power, Interdependence and Identity", *Journal of Cambridge Studies*, 2010. vol.5, no. 4, pp. 76-92. 636
- MAKHMATOVA, Meruert. Personal Interview. Almaty, 2011.
- MANTHORPE, Jonathan. "China faces its imperial burden in Central Asia". *Vancouver Sun*, March 11, 2013. Disponível em: <http://www2.canada.com/vancouver/columnists/story.html?id=8cecd24d-f152-4287-9f56-60fffd706892> Acesso em 6 jan. 2014.
- MOGILEVSKI, Roman. Personal Interview. Bishkek, 2012.
- MOGILEVSKI. *Re-export Activities in Kyrgyzstan: Issues and Prospects*, Bishkek: University of Central Asia, 2012.
- MOREIRA, Adriano. "O Poder Cultural", *Nação e Defesa*, no.18, 1981, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Abril-Junho, pp. 41-52.
- MORELAND, Michael. "Turkey Deepens Imprint in Central Asia". *The Atlantic Sentinel*, 2012. Disponibilidade em [<http://atlanticsentinel.com/2012/06/turkey-deepens-imprint-in-central-asia/>], Acesso em 2 jan. 2014.
- MUSTONEN. *Case Study: Hard Power or Soft Power? Searching for China's Use of Soft Power in the Pursuit of the Economic Cooperation Framework Agreement with Taiwan*. Institute for Cultural Diplomacy, 2010.
- MUZALEVSKY, Roman. "Global Struggle for Kazakh Uranium Resources", *Eurasia Daily Monitor*, 2011, vol. 8, no.74, pp. 9-32.
- NYE. *Soft Power – The means to success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.
- PALLAVER, Matteo. *Power and Its Forms: Hard, Soft, Smart*. London: Thesis submitted to the Department of International Relations of the London School of Economics for the degree of Master of Philosophy, 2011.
- PARAMONOV, Vladimir. "China and Central Asia: Current Situation and Prospects for Economic Relations," *Conflict Studies Research Centre*, 2005, no. 6, pp. 1-22.
- PEYROUSE, Sébastien. "La présence chinoise en Asie Centrale: Portée géopolitique, enjeux économiques et impact culturel", *Centre d'Études et de Recherches Internationales*, 2008, no.148, septembre, pp. 2-33.
- PEYROUSE, Sébastien. "Central Asia's growing partnership with China, EU", *Central Asia Monitoring Working paper*, no.4, October, 2009, pp. 4-12.
- PEYROUSE, S., et al, "Security and development approaches to Central Asia". *The EU compared to China and Russia, EUCAM Working Paper no. 11*, 2012, pp. 5-23.
- ROMANA, Heitor. Personal Interview. Lisbon, 2012.
- ROTAR, Igor, "Chinese 'Expansion' in Kyrgyzstan: Myth or Reality?", *The*

- Jamestown Foundation, November 7, 2012, vol. 9, no. 204, Disponível em [http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=40077&tx_ttnews%5BbackPid%5D=7&cHash=51d3948f106a396dc262bd1a87bb2c4e]. Acesso em 8 jan. 2014. 637
- SAIFUTDINOV, Almaz. Personal Interview. Dushanbe, 2012.
- SAIPOV, Zabikhulla. "China's Economic Strategies for Uzbekistan and Central Asia: Building Roads to Afghan Strategic Resources and Beyond". Eurasia Daily Monitor. 2012. vol 9, no.172, pp. 156-181.
- SILVA, António. Personal Interview. Lisbon, 2012.
- SPECHLER, Martín. "Why Does China Have No Business in Central Asia?". China and Eurasia Forum Quarterly, 2009. vol. 7, no. 2, pp.3-15
- SPECIAL REPORT: Caspian Region, 2012, Global Business Reports, Disponível em http://www.gbreports.com/admin/reports/Caspian_O&G2012.pdf Acesso em 6 jan. 2014.
- STRUYE, Tanguy, "La Chine et le Soft power: une manière de défendre l'intérêt national de manière douce?", Chaire InBev Baillet – Latour Programme Union Européenne – Chine, 2011, no. 12, 2011.
- SUVANKULOV, Farrukh & GUC, Yunus. "Who is Trading Well in Central Asia? A Gravity Analysis of Exports from the Regional Powers to the Region", Eurasian Journal of Business and Economics, 2012, vol. 5, no.9, pp.21-43.
- SWANSTROM. China and Greater Central Asia: New Frontiers? Central Asia – Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2011.
- THE JOURNAL of TURKISH WEEKLY, "Turkmen-Chinese Intergovernmental Committee Staff Approved", July 23, 2012, Disponível em <http://www.turkishweekly.net/news/139023/turkmenchinese-intergovernmental-committee-staff-approved.html>. Acesso em 6 jan. 2014.
- PERLEZ, Jane, "Chinese Insider Offers Rare Glimpse of U.S. – China Frictions", The New York Times, April 2, 2012, Disponível em http://www.nytimes.com/2012/04/03/world/asia/chinese-insider-offers-rare-glimpse-of-us-china-frictions.html?_r=0 Acesso em 6 jan. 2014.
- TORBAKOV, Igor. "The West, Russia and China in Central Asia: What kind of game is being played in the region?", Transition Studies Review, 2007, vol.14, no.1, pp. 152-162.
- TRENIN. True partners? How Russia and China see each other. Centre for European Reform. Carnegie Endowment, 2012.
- TRIGO, Virgínia. Personal Interview. Lisbon, 2010.
- UMAROV & PASHKUN. Tensions in Sino-Central Asian Relations and their Implications for Regional Security, Conflict Studies Research Centre, Central Asia Series 06/02, 2006.
- VAJDIC, Daniel. "Russia's 'Shrewd' Central Asia Play". The Diplomat, July 17, 2012, Disponível em: <http://thediplomat.com/flashpoints-blog/2012/07/17/russias-shrewd-central-asia-play/> Acesso em 10 jan. 2014.

- WEITZ, Kazakhstan and the New International Politics of Eurasia. 638
Silk Road Paper. Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies
Program, 2008.
- WEITZ, Richard, "Uzbekistan's Economic Reforms and their challenges",
Central Asia - Caucasus Institute, Issue of the CACI Analyst, November
14, 2012, Disponível em <http://www.cacianalyst.org/?q=node/5876>
Acesso em 15 jan. 2014.
- WEITZ, Richard. "Kazakhstan-China Military Exchanges Continue",
Central Asia - Caucasus Institute, September 1, 2013, Disponível em
<http://www.cacianalyst.org/?q=node/5903> Acesso em 15 jan. 2014.
- WONG, Edward, "China Quietly Extends Footprints Into Central Asia"
The New York Times, January 2, 2011, Disponível em <http://www.nytimes.com/2011/01/03/world/asia/03china.html?pagewanted=all&r=0>. Acesso em 15 jan. 2014.
- WORLEY, Waco. Building ties that bind? The role of Central Asia
in Chinese oil security, Paper presented at the annual meeting of
the International Studies Association, Town & Country Resort and
Convention Center, San Diego, California, USA, 2006, March 22.
- YUE, Ben. "No electricity crisis in China: CEC". China Daily, 2011.
Disponível em: [http://usa.chinadaily.com.cn/business/2011-05/27/
content_12593814.htm](http://usa.chinadaily.com.cn/business/2011-05/27/content_12593814.htm) Acesso em: 7 jan. 2014.
- ZHANG, Chi (2013). "Historical Changes in Relations between China
and Neighboring Countries (1949-2012)", Asia Paper, Institute for
Security and Development Policy, pp. 3-46.